

O perfil e as necessidades educacionais dos estudantes surdos do Instituto Federal Fluminense

*The profile and educational needs of deaf students
at the Instituto Federal Fluminense*

Jonis Manhães Sales Felipe¹
Rafaela Dumas Reis Dias²

Resumo: Esse artigo apresenta o resultado de estudo de caso que investigou o perfil e as necessidades dos estudantes surdos no Instituto Federal Fluminense, Instituição de Educação Profissional e Tecnológica em funcionamento no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram aplicados questionários às coordenações NAPNE e realizadas entrevistas estruturadas por meio de formulário com os estudantes surdos acerca das características, das demandas e dos fluxos nos atendimentos oferecidos pela Instituição. Os resultados revelaram dificuldades importantes no atendimento docente aos estudantes e na acessibilidade comunicacional, além de *déficit* de pessoal e de elevados índices de reprovações entre os surdos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Educação de surdos; Acessibilidade Educacional. **Abstract:** This article presents the results of a case study that investigated the profile and needs of deaf students at the Federal Fluminense Institute, a vocational and technological education institution operating in the state of Rio de Janeiro. To achieve this, questionnaires were administered to the NAPNE coordinations, and structured interviews were conducted with deaf students through a form, exploring the characteristics, demands, and flows in the services offered by the institution. The findings revealed significant challenges in teaching support for deaf students and communicational accessibility, as well as personnel deficits and high rates of academic failure among the deaf student population.

Key-words: Professional and Technological Education; Education for the deaf; Educational Accessibility.

1. Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Atualmente é professor da área de Educação no Instituto Federal Fluminense, atuando como docente permanente no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). E-mail: jonisfelippe@gmail.com

2. Mestra em Educação Profissional Tecnológica - ProfEPT pelo Instituto Federal Fluminense (IFF), Especialista em Educação Especial - Deficiência Intelectual, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. E-mail: rafaela.reis@iff.edu.br

Introdução

Este estudo apresenta reflexões acerca do perfil dos estudantes surdos e das necessidades educacionais desses alunos no IFFluminense, com recorte temporal das matrículas no ano letivo de 2022. Impulsionada pelas dificuldades encontradas no êxito do processo de aprendizagem dos estudantes surdos nos *campi* do IFFluminense, a presente pesquisa apresenta os seguintes questionamentos: quem são os estudantes surdos do IFFluminense? Como acontecem o seu processo de inclusão e os seus respectivos atendimentos? Quais são as necessidades desses estudantes frente às políticas desenvolvidas pelo IFFluminense, visando à permanência e ao êxito no processo de ensino e aprendizagem?

Dessa forma, o objetivo geral do estudo foi o de investigar os perfis e as necessidades educacionais dos estudantes surdos matriculados nos *campi* do IFFluminense. Para tanto, utilizou-se a metodologia do Estudo de Caso, que se apresenta como “um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (Gil, 2008, p. 57). Trata-se de uma investigação de caráter empírico, que se realizou por meio da aplicação de um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa que permitiram aprofundar a análise sobre o objeto a partir de diferentes fontes e sem desvinculá-lo do seu contexto.

Assim, em um primeiro momento, foi aplicado um questionário com as coordenações das equipes multiprofissionais que atuam nos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Também foram feitas visitas aos *campi* da Instituição para a realização das entrevistas diretamente com os alunos surdos. Participaram desta etapa da pesquisa todos os doze estudantes surdos sinalizantes matriculados no ano de 2022, os quais foram entrevistados por meio de formulários com perguntas abertas e fechadas acerca de seus perfis e das suas necessidades educacionais.

Os dados quantitativos foram utilizados para compor o perfil desses estudantes, organizados e analisados por meio de Estatística Descritiva e com a utilização de recursos visuais como quadros e figuras (gráficos). Já as perguntas de caráter qualitativo abordaram as necessidades educacionais, as percepções acerca do atendimento educacional ofertado pela Instituição e as demandas por melhorias no processo de ensino. Essas informações receberam o tratamento da Análise de Conteúdo, sendo organizadas em categorias que expressassem os sentidos atribuídos aos temas pelos sujeitos investigados.

Este trabalho se enquadra no nível de pesquisa descritiva (Gil, 2008), tendo como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, neste caso, os estudantes surdos matriculados no IFFluminense. Nessa perspectiva, foram analisadas as seguintes variáveis: quem são esses estudantes (idade, gênero, situação

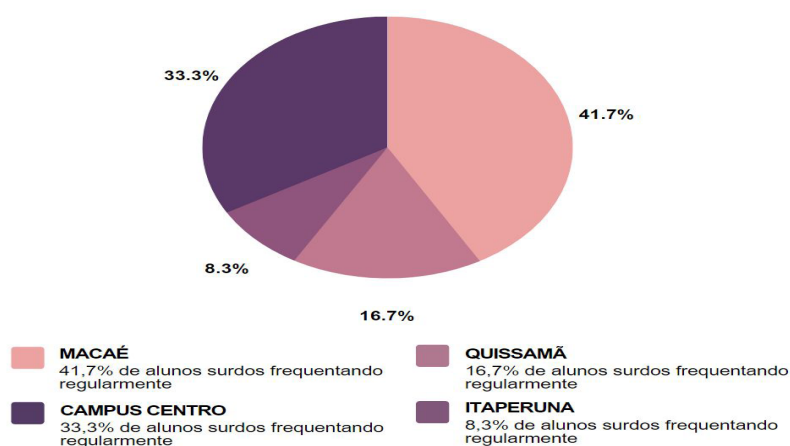
socioeconômica, configuração familiar, onde moram, acesso a serviços além da escola); trajetória escolar progressiva e no IFF; os *campi* e os cursos em que estudam; motivos pelos quais escolheram a Instituição e o curso; fluência na Libras; uso da Libras no contexto familiar; atendimentos realizados pelo NAPNE ou equipe multiprofissional; recebimento de bolsa ou auxílio; principais dificuldades encontradas no IFF; percepções sobre os serviços ofertados pela Instituição; e, por fim, possibilidades de melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem e dos atendimentos ofertados pelo IFFluminense.

Quem são alunos surdos dos campi do IFFluminense

No ano letivo de 2022, o IFFluminense possuía um total de quatorze estudantes surdos sinalizantes matriculados, embora apenas doze estivessem regularmente frequentando as atividades acadêmicas. Ressalta-se que os dois estudantes sem frequência foram apontados pelas coordenações NAPNE como desistentes, pois não retornaram após as Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNP) no período da pandemia da Covid-19.

Assim, os estudantes foram mapeados por *campus*, cursos, formas de ingresso, percurso acadêmico, perfil socioeconômico e necessidades educacionais, salientando-se que, para fundamentar as entrevistas, foram utilizados dados extraídos do Q-Acadêmico Web, sistema que gerencia a vida acadêmica de todos os estudantes da Instituição. Constatou-se que, em 2022, dos doze *campi* do IFFluminense, apenas em quatro deles (Campos Centro, Macaé, Quissamã e Itaperuna) havia estudantes surdos matriculados e frequentando, a maioria no curso de Ensino Médio Integrado (EMI) de Meio Ambiente (Macaé) e nos cursos de Licenciatura do *campus* Campos Centro, conforme Figuras 1 e 2.

Figura 1: Percentual de estudantes surdos por *campus*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao analisar os cursos e os *campi* nos quais estavam matriculados, pôde-se observar na Figura 2 que o único *campus* em que constavam surdos no Ensino Superior era o *campus* Campos Centro, sendo os três matriculados nos cursos de Licenciatura. Por outro lado, todos os outros estavam inseridos em cursos de Formação Técnica integrados ao Ensino Médio, na forma regular ou articulados à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Figura 2: Relação de estudantes surdos por *campus* e curso

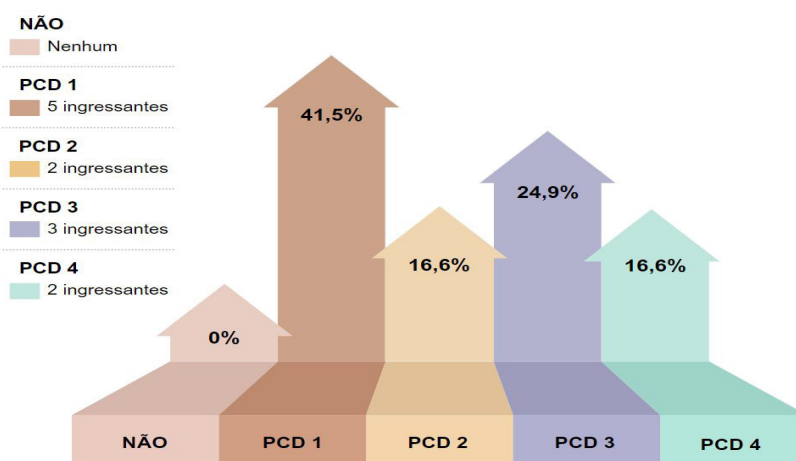


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Como demonstra a figura acima, a maioria dos estudantes surdos encontrava-se matriculada no Ensino Médio Integrado. Além disso, 41,6% do total de estudantes surdos era do sexo feminino e 58,4% do sexo masculino. Cabe ressaltar que apenas uma estudante surda era menor de dezoito anos.

Outro dado importante comprovado pelo estudo é que 100% desses estudantes ingressaram por meio do programa de cotas, conforme assegura a Lei n. 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das Instituições Federais de ensino. A Política Nacional de Cotas tem possibilitado que muitos indivíduos ingressem nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Tal política se tornou um divisor na história da educação das pessoas com deficiência, beneficiando diversos estudantes. Nesse sentido, todos ingressaram na Instituição por cotas da categoria Pessoa com Deficiência (PCD), sendo cinco pela cota PCD 1, um pela cota PCD 2, quatro pela cota PCD 3 e dois pela cota PCD 4, conforme demonstram as Figuras 3 e 4.

Figura 3: Estudantes surdos ingressantes por cotas



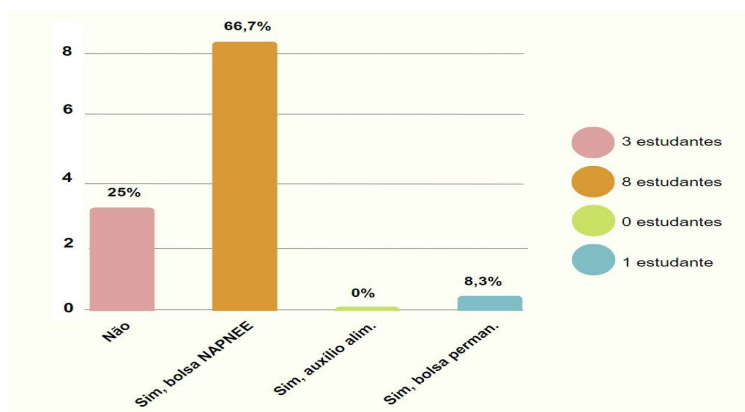
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 4: Sistema de cotas

Renda familiar ≤ 1,5 salário mínimo per capita				Independente de renda			
Preto, pardo e indígena	Outros	PCD Preto, pardo e indígena	PCD Outros	Preto, pardo e indígena	Outros	PCD Preto, pardo e indígena	PCD Outros
COTA 1	COTA 2	PCD 1	PCD 2	COTA 3	COTA 4	PCD 3	PCD 4

Fonte: BRASIL (2016).

Pelo percentual de ingressantes por cotas PCD 1 e 2, nota-se que mais de 50% da comunidade estudantil surda do IFFluminense apresenta uma realidade econômica com renda bruta familiar *per capita* inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo. As análises dos dados obtidos nas entrevistas constataram que apenas 8,33% do grupo pesquisado possui renda *per capita* superior a três salários-mínimos; 66,7% possuem renda *per capita* de até um e meio salário-mínimo; 8,3%, menos que um salário-mínimo; e 16,8% não souberam responder. Ademais, identificou-se que 66,7% dos estudantes contribuem diretamente para a composição da renda familiar e que a metade deles é beneficiária de programas sociais de transferência de renda (BPC-Benefício de Prestação Continuada). Considerando esse perfil, 75% dos estudantes são atendimentos pela Assistência Estudantil do IFFluminense (Figura 5), o que confirma o perfil socioeconômico de vulnerabilidade de boa parte dos alunos surdos matriculados.

Figura 5: Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os dados revelaram que 66,7% dos estudantes surdos contribuem diretamente com a renda familiar, dentre os quais 50% possuem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Evidencia-se ainda que 75% possuem algum tipo de auxílio ou bolsa de Assistência Estudantil oferecido pelo próprio IFFluminense. A bolsa NAPNEE ou ENEE, como denomina o Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense, beneficia 66,7% dos estudantes surdos e a Bolsa Permanência IFF, 8,3%. Nessa direção, por meio dos números apresentados, interpreta-se que tanto o BPC-Benefício de Prestação Continuada como as bolsas da Assistência Estudantil são recursos financeiros importantes para mais da metade dos estudantes surdos, que auxiliam diretamente no sustento de suas famílias.

Para Felipe (2016, p. 12), os benefícios ofertados institucionalmente com o financiamento do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil - Decreto nº 7.234 de 2010) representam avanços por incorporar, além da redução das taxas de retenção e evasão, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais e a inclusão social por meio da educação. Ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil dos *campi*, que contemplam os estudantes surdos via Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense, objetivam contribuir para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão do curso (IFF, 2018). Importante registrar que, apesar das ações da Assistência Estudantil serem importantes para a contribuição na renda familiar e para o percurso acadêmico, 54,5% dos estudantes surdos afirmaram que a motivação em estudar no IFFluminense não foi o interesse nas bolsas, nos auxílios e nos programas, mas o reconhecimento da Instituição na região onde residem.

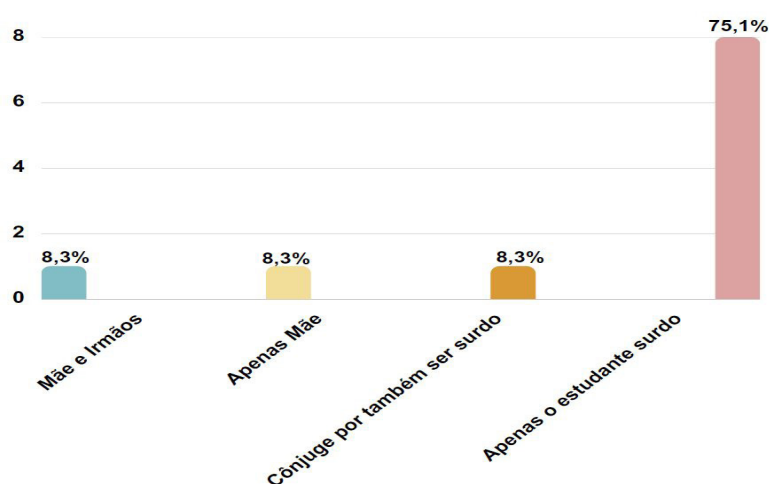
A presente pesquisa também buscou conhecer elementos mais subjetivos como os aspectos relacionados às relações familiares e ao processo de engajamento com a língua, a cultura e a identidade surda por parte da comunidade surda institucional. Dessa forma, os dados apresentados foram articulados aos aspectos culturais do grupo

populacional pesquisado. Por esse ângulo, faz-se necessário o entendimento de que a cultura surda engloba a forma do surdo compreender e interagir com o mundo, incluindo costumes, hábitos, ideias e crenças.

[...] a cultura é uma ferramenta de transformação, de percepção à forma de ver diferente, não mais de homogeneidade, mas de vida social constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar. [...] Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias [sic], as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (Strobel, 2008, p. 24).

Nesse sentido, quanto ao aspecto sociocultural da entrevista com os estudantes surdos, foram abordadas questões relacionadas ao convívio e à comunicação com os membros da família, pessoas que residem com eles. Apenas 8,3% avaliaram como boa sua relação familiar – trata-se uma estudante surda do Ensino Superior, casada, cujo esposo também é surdo. Os demais estudantes declararam serem os únicos surdos em sua residência; 33,3% avaliaram como ruim a convivência dentro de casa; e 25,1% disseram ser regular. Já os demais 25,1% afirmaram ter um bom relacionamento com os demais membros da família. A composição das famílias varia de duas a cinco pessoas no mesmo ambiente, sendo que: 8,3% das famílias são compostas por duas pessoas, 33,3% possuem uma composição familiar de três pessoas; 25,0%, quatro pessoas; e 33,3% desse grupo possui em sua família um total de cinco pessoas. A partir daí, buscou-se investigar quais dos membros familiares dos estudantes surdos são usuários da Libras.

Figura 6: Familiares usuários de Libras



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Figura 6 mostra que a maioria dos estudantes não se comunica com os familiares em Libras, dificultando sua interação dentro da própria casa. Registra-se que,

por outro lado, a maior parte dos entrevistados (66,4%) afirmou que se sentiria mais feliz e acolhido se conseguisse se comunicar melhor com seus familiares. Nesse viés, Longman (2007) traz uma importante contribuição sobre as consequências da falta de comunicação entre indivíduos surdos e suas famílias, pois pode gerar, nesses indivíduos, sentimento de exclusão, uma vez que “os surdos ‘apátridos’, filhos de pais ouvintes, podem ter nas suas memórias o sentimento de exclusão em relação as suas famílias de ouvintes: “A ausência de uma língua competente, por mais de dez anos, leva muitos desses sujeitos a pensarem que estavam sozinhos no mundo, impossibilitando a construção do seu passado e futuro” (Longman, 2007, p. 42).

Destaca-se que o desenvolvimento cognitivo acontece por meio da interação social, na qual os sujeitos estabelecem trocas de experiências e ideias, adquirindo, assim, novos conhecimentos, que contribuem para a formação integral. Portanto, não menos importante que o bom relacionamento familiar para o desenvolvimento integral, é relevante que os surdos tenham acesso comunicacional aos seus familiares, a sua comunidade e à sociedade de maneira geral. Para isso, é importante que a criança surda tenha contato com um adulto surdo, fluente em Libras, para que seja estimulada e oportunize a aquisição de sua língua “natural”.

Nesse sentido, a pesquisa buscou desvendar a relação desses estudantes com a identidade surda, inquirindo-os sobre o uso da Libras e a inserção na comunidade surda. Identificou-se que apenas 25% dos participantes não se consideram fluente em Língua de Sinais - L1, dos quais dois, dentre os três estudantes que representam esse percentual, foram apresentados a Libras pelos TILSP, ao ingressarem no IFF. Por outro lado, 83,3% dos estudantes possuem um bom ciclo de amizades com indivíduos surdos e fazem parte da comunidade sinalizante, enquanto 16,7% possuem mais amizades ouvintes – percentual este que se refere aos dois estudantes que declararam não serem fluentes em Libras, o que limita o seu acesso à comunidade surda.

Diante desta realidade, a gestão do IFFluminense deve comprometer-se em desenvolver ações que incluam esses estudantes em sua comunidade, promovendo eventos com outros *campi* que tenham surdos e integrando membros da comunidade externa à Instituição. Além disso, incrementar projetos que os possibilitem vivenciar diferentes experiências com outros indivíduos surdos também é um caminho possível, tendo como foco as áreas de lazer, mercado de trabalho, esportes e atividades artísticas, em consonância com o compromisso social assumido IFFluminense no item 2.4.5 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFF, 2018a).

Os dados referentes às questões econômicas, forma de ingresso, relação familiar e acesso à comunidade surda trazidos aqui refletem algumas das necessidades econômicas, sociais e culturais dos estudantes surdos do IFFluminense, mostrando que

esse grupo apresenta um contexto de dificuldades extras, além das já experimentadas por alunos oriundos de camadas populares e escolas públicas. Dificuldades essas que acentuam a necessidade de ações potencializadoras do protagonismo desses estudantes, por meio de intervenções realizadas nos *campi*, que valorizem a identidade surda e façam a família ser parceira da Instituição.

Outro ponto importante diz respeito à integração dos familiares desses estudantes à Instituição educacional. Nessa perspectiva, é necessário que se promovam ações visando trocas de experiências e maior interação entre os estudantes surdos e seus familiares, além da oferta de cursos de Libras com intuito de melhorar o convívio familiar. Apesar de desafiador, é essencial que o vínculo entre escola e família seja fortalecido em prol do desenvolvimento do estudante. Assim, os *campi* do IFFluminense podem favorecer esse vínculo com encontros em grupos para apresentar o projeto pedagógico e a estrutura da Instituição para as famílias, acompanhamento pedagógico e social, além da abertura de canais diretos de participação das famílias na definição das prioridades e rumos institucionais sobre a temática da educação inclusiva, por exemplo.

O programa de acessibilidade institucional e as necessidades educacionais dos alunos surdos do IFFluminense

Apesar da gama de políticas institucionais que visam contemplar todos os agentes pertencentes desta comunidade educacional, um dos maiores desafios do IFFluminense ainda é a garantia de permanência e de êxito de seus estudantes, conforme explicita o item 2.6.1 do Plano de Desenvolvimento Institucional (IFF, 2018a). Nessa linha, a pesquisa traz dados pertinentes às políticas institucionais, tomando como marco o Programa de Acessibilidade Educacional (PROAE), cuja criação se pautou na garantia da acessibilidade aos estudantes com necessidades educacionais específicas, contemplando, portanto, os estudantes surdos. Assim, é crucial que se entenda suas finalidades e os direitos assegurados.

O PROAE é resultado de um estudo realizado por um grupo de trabalho composto por vinte servidores dos *campi* do IFFluminense. Foi aprovado e instituído pela Resolução IFFluminense nº 33, de 15 de outubro de 2018, e tem como principal objetivo “Contribuir para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão do curso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação do Instituto Federal Fluminense” (IFF, 2018b, p. 10). Além do incentivo à promoção da inclusão, do acesso e da permanência de pessoas com necessidades específicas, o item 1.2.2. do PROAE fomenta a importância da oferta do Atendimento Educacional Especializado, ressalta as diferentes formas de acessibilida-

de e regulamenta os NAPNE nos *campi* do IFFluminense. Antes de investigar a aplicação de tais normativas, porém, cabe identificar academicamente a situação dos alunos surdos matriculados no IFFluminense.

Como primeiro passo para compreender a trajetória acadêmica desses alunos, buscou-se identificar a data de ingresso desses estudantes pesquisados. O primeiro estudante matriculou-se no Ensino Superior em 2017 e, desde então, o único ano letivo em que não houve ingresso de surdos nos *campi* foi no ápice da pandemia da Covid-19, no ano letivo 2021, quando não houve atividades pedagógicas presenciais. A Figura 7 mostra que outros quatro estudantes (dois matriculados no EMI, um no Proeja e um no Ensino Superior) ingressaram na Instituição em 2018. É pertinente citar que, no ano letivo de 2019, repetiu-se o percentual de ingressantes surdos na Instituição, todos do EMI do *campus* Macaé.

Figura 7: Ano de ingresso dos estudantes surdos no IFFluminense

ENSINO MÉDIO INTEGRADO		PROEJA		SUPERIOR		TOTAL DE INGRESSO POR ANO	
0	2017	0	2017	1	2017	1	2017
2	2018	1	2018	1	2018	4	2018
4	2019	0	2019	0	2019	4	2019
0	2020	1	2020	1	2020	2	2020
0	2021	0	2021	0	2021	0	2021
1	2022	0	2022	0	2022	1	2022

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

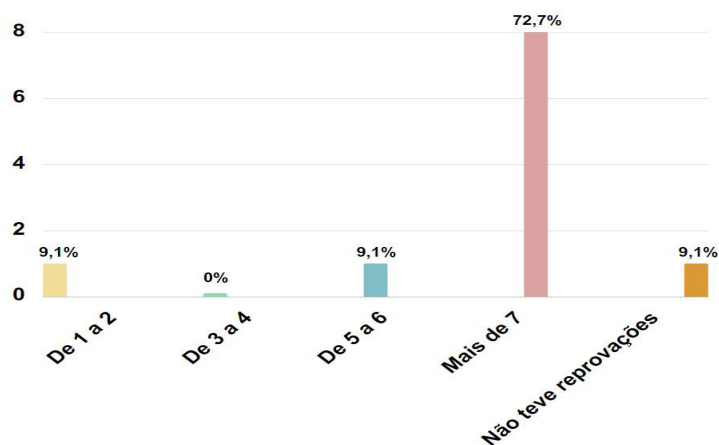
Ao analisar os dados do quadro, percebe-se um atraso no processo de formação, uma vez que já se passaram mais de quatro anos letivos, tendo em vista que, tanto no EMI quanto no Proeja, são ofertados de cursos que correspondem a três séries anuais. Nota-se ainda que a maioria dos estudantes apresentam uma distorção idade série, com exceção do ingressante no ano letivo de 2022.

Dados os números, a pesquisa aprofundou-se na investigação dessa realidade por meio do sistema Acadêmico Web, com intuito de entender os índices de reprovações por disciplinas, pois esses estudantes possuem flexibilização de temporalidade nos currículos por meio de inscrições por componente curricular, diferenciando-se dos estudantes que não possuem necessidades educacionais específicas.

Nesse sentido, salienta-se que a temporalidade mencionada diz respeito às questões de adaptações curriculares, garantidas no item 7.2.10 do PROAE, o qual assegura aos estudantes com NEE diferentes formas de adequações, tais como: adaptações nos conteúdos, métodos, técnicas; organização curricular específica; recursos educativos;

temporalidade e processos de avaliação adaptados. Entretanto, apesar da garantia desse direito, a Figura 8 mostra que a maioria dos estudantes possuem índices altos de reprovações em diferentes componentes curriculares ao longo do curso. Ressalta-se que um dos estudantes não foi contabilizado neste caso porque seu ingresso se deu no ano corrente da pesquisa e, portanto, ainda não há registro de aprovações ou reprovações.

Figura 8: Reprovações por componente curricular



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Importante ressaltar que 88,3% dos estudantes surdos possuem flexibilidade no tempo de formação, cursando menos disciplinas que os demais estudantes. Apesar disso, a pesquisa constatou que 72,7% (8 alunos dos 11 que possuem registro de aprovações e reprovações) já foram reprovados em mais de sete componentes curriculares, mesmo cursando, em média, cerca de sete disciplinas por período letivo. Esse cenário mostra que só adaptação de temporalidade não tem sido suficiente.

Segundo Kubaski e Moraes (2019), as propostas educacionais direcionadas para o sujeito surdo têm como objetivo proporcionar o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Diante disso, é preciso pensar em outras formas de garantia do direito de aprendizagem desses acadêmicos, pois, no caso do IFFluminense, apenas essa adaptação não tem sido eficaz no que diz respeito ao aproveitamento pedagógico. Essa realidade enfatiza que não basta estender o tempo do curso e diminuir as disciplinas cursadas: é preciso que as práticas, como um todo, sejam inclusivas.

Durante a entrevista realizada com estudantes surdos, notou-se que, além da questão da adaptação curricular em termos de oferta de disciplinas e temporalidade específica, a educação de surdos no IFFluminense ainda se restringe à oferta do profissional Tradutor Intérprete de Libras - Português -TILSP, tradução das aulas, dos eventos e dos processos de seleção do português para Libras. Além disso, percebeu-se que o próprio PROAE reforça tal realidade, uma vez que pouco aborda a especificidade

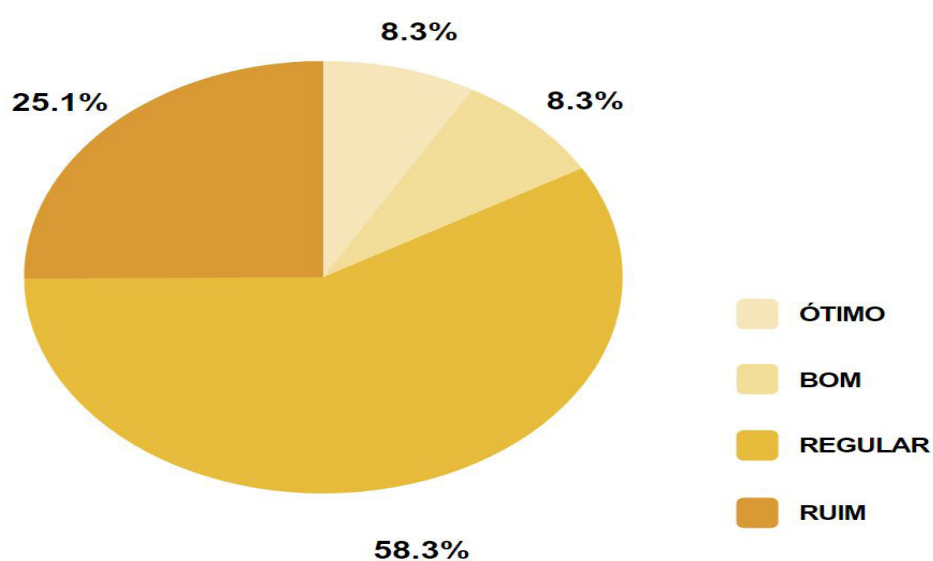
de dessa clientela, faltando contribuições específicas que vão ao encontro das demandas linguísticas e culturais desse grupo, ficando aquém das políticas contemporâneas.

Algumas especificidades poderiam ser exemplificadas no capítulo V do PROAE, que trata das adaptações curriculares, tais como: aulas com recursos visuais que estejam em consonância com o conteúdo a ser trabalhado; o material didático com textos mais compactados e com mapas conceituais; a não utilização de áudios nos grupos de comunicação etc.. Ademais, o item 4.3.1.2 deveria abordar a importância da gravação e da tradução de vídeos; a aquisição de equipamentos eletrônicos para inserção de legenda em imagens e vídeos e a capacitação de mais membros da comunidade escolar em Libras.

Sobre esse último ponto, para além das análises das informações atinentes às especificidades acadêmicas, identificou-se que a maioria dos estudantes entrevistados não se sente acolhida por completo pela Instituição, apontando falta de acessibilidade na comunicação, dificuldades na interação com os docentes e oferta insuficiente de profissionais bilíngues para atender as demandas da comunidade surda. Por esse ângulo, a pesquisa sinaliza que tais aspectos funcionam como potencializadoras do insucesso escolar e da insatisfação com os atendimentos por parte dos estudantes surdos do IFFluminense.

Ao indagar sobre a abordagem nos atendimentos ofertados pelo corpo docente, apenas 8,3% dos estudantes avaliaram como ótimo. Nesse sentido, de modo geral, seguindo os dados ilustrados pela Figura 9, mais da metade dos estudantes não classificam como boas as intervenções pedagógicas.

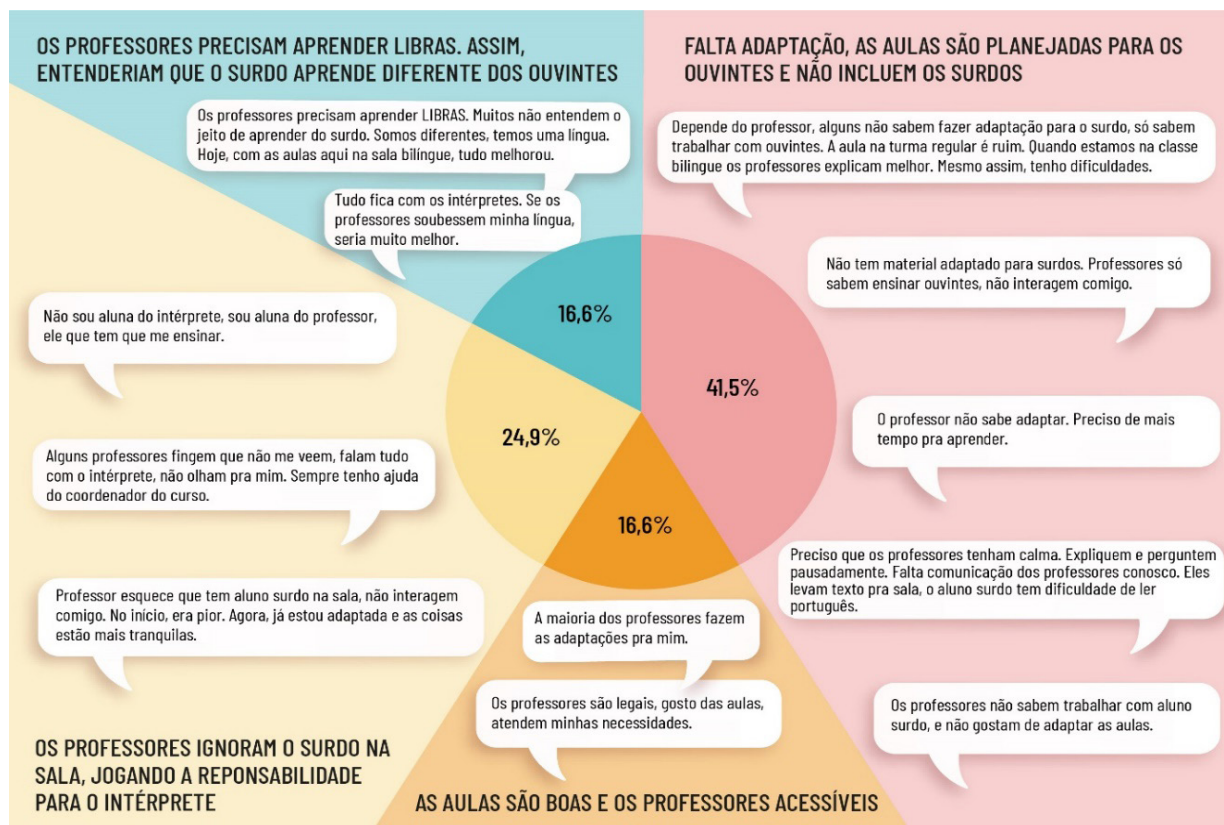
Figura 9: Avaliação dos estudantes surdos sobre o atendimento docente



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para apurar as causas dessa avaliação pouco positiva, os estudantes foram indagados sobre os motivos que os levaram a classificar o atendimento docente desta forma. A Figura 10 a seguir traz a transcrição de falas individuais, com o resultado dividido em categorias de respostas dos estudantes que compõem esta investigação.

Figura 10: Justificativa das avaliações dos atendimentos docentes



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nota-se que 41,5% dos alunos pontuaram deficiência nas metodologias das aulas e afirmam que elas são planejadas para os ouvintes; 24,9% relataram que os professores os ignoram, como se as adaptações curriculares e metodológicas fossem de responsabilidade dos intérpretes. Além disso, 16,6% dos estudantes manifestaram o desejo de seus professores aprenderem Libras para compreender que o surdo aprende diferente do ouvinte. Os outros 16,6% relataram que as aulas são boas e que os professores são acessíveis.

É importante ressaltar que o *campus* Macaé, em conformidade com o Decreto Federal nº 5.626 de 2005, com o PNE 2014 e com a Lei 14.191/2021, é a única unidade do IFFluminense na qual já foi iniciado o atendimento desses estudantes nos moldes da educação bilíngue, em classes bilíngues, nas quais os surdos estudam em uma proposta exclusiva a suas necessidades educacionais e as aulas são ofertadas apenas para surdos, com os mesmos professores e componentes curriculares da sala regular, contando com a presença do intérprete para as mediações linguísticas. Nesse sentido, a direção de ensino, a coordenação do curso e o NAPNE organizam a grade de horários

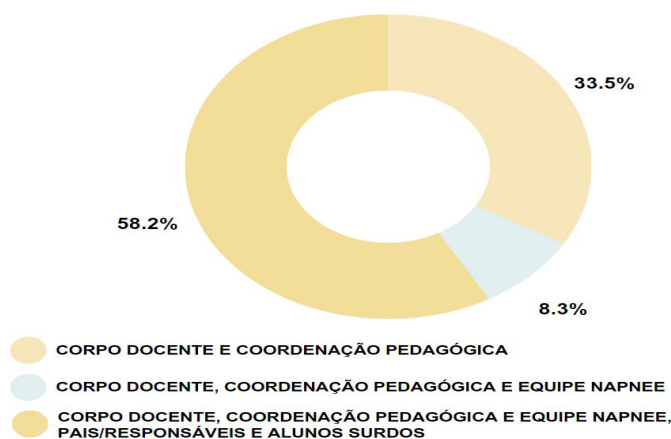
da classe bilíngue conforme a disponibilidade do docente. Além das aulas, o processo avaliativo também é baseado na proposta bilíngue, seguindo o calendário regular do *campus*. Como mencionado em duas falas, os estudantes acreditam que as ações pedagógicas realizadas na classe bilíngue proporcionam uma melhora na aquisição do conhecimento.

Em virtude das queixas quanto às dificuldades pedagógicas, a pesquisa buscou entender um pouco mais sobre a prática das intervenções individualizadas, as quais são asseguradas nas políticas públicas da educação inclusiva, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), que fomentam a criação de planos de ensino/estudo individualizado para os estudantes com NEE:

Alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno (Brasil, 2000, p. 24).

Para Pacheco (2007), a estruturação de um Plano Educacional (ou de Ensino) Individualizado (PEI) envolve tanto adaptações curriculares específicas, quanto inserção no trabalho geral proposto para turma. Desta forma, o PEI é uma ação que visa ao planejamento de ações específicas para um determinado estudante, respeitando seu “[...] patamar atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazo” (Glat; Vianna; Redig, 2012, p. 84). Nessa perspectiva, é importante ressaltar que o PROAE, no item 7.2.8, assegura aos estudantes com NEE o Plano de Ensino Adaptado (IFF, 2018).

Nesse viés, buscou-se investigar como o PEI acontece na prática, nos *campi* do IFFluminense. Ao aplicar o questionário online a todas as coordenações NAPNE, constatou-se que 83,3% dos *campi* afirmaram assegurar esse direito ao estudante NEE e, na maioria das unidades, a elaboração fica entre corpo docente, coordenação pedagógica, equipe NAPNE, conforme aponta a Figura 11.

Figura 11: Elaboração do PEI em todos os *campi* do IFFluminense

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que diz respeito à aplicabilidade do PEI para a comunidade surda, os dados coletados por meio dos questionários preenchidos pelas coordenações NAPNE mostraram que 100% dos *campi* onde há estudantes surdos matriculados elaboram o referido documento, conforme Figura 12.

Figura 12: Elaboração do Plano de Ensino Individualizado nos *campi* que possuem estudantes surdos matriculados

CAMPOS CENTRO	MACAÉ	ITAPERUNA	QUISSAMÃ
Docentes, coordenação pedagógica e equipe NAPNEE	Docentes, coordenação pedagógica e equipe NAPNEE	Docentes, coordenação pedagógica, equipe NAPNEE, responsáveis e estudantes surdos	Docentes, coordenação pedagógica e equipe NAPNEE

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com a Figura 12, apenas no *campus* Itaperuna o estudante surdo participa da elaboração do seu próprio PEI, garantindo democracia e transparência na elaboração do documento e contemplando, de fato, suas necessidades de aprendizagem, tendo em vista que ele é o beneficiado pelo documento. Nos *campi* Macaé, Campos Centro e Quissamã, essa elaboração ocorre com a participação do corpo docente, coordenação pedagógica e equipe NAPNE. Ressalta-se a importância do estudante surdo na participação das adaptações de todo seu processo educacional, em respeito à sua identidade e cultura:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (Strobel, 2013, p. 29).

Corroborando o pensamento da autora, a adaptação do processo educacional do estudante surdo não se restringe apenas à oferta da Língua de Sinais. É necessário que o planejamento dessas adaptações seja pautado nas ideias, crenças, costumes e hábitos do povo surdo, não perdendo de vista que cada estudante é único e aprende, portanto, de maneira diferente. O PEI é de caráter individual, deve ser pensado em estratégias e adaptações curriculares adequadas às necessidades pedagógicas e culturais, construído com a participação da família (quando menor de idade) e do estudante surdo.

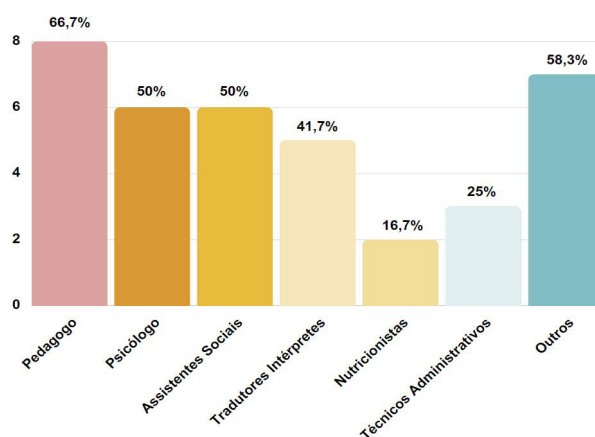
Tal realidade traz a reflexão acerca das ações que competem não só a gestão pedagógica e aos docentes, perpassando também pelas intervenções da equipe NAPNE, que, em consonância com o Decreto n. 7.611/2011, devem garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, contribuindo para a implementação de políticas de acesso, de permanência e de conclusão com êxito dos estudos dos estudantes com NEE. Além de atender a esses estudantes, compete ao NAPNE dar o suporte aos seus professores, conforme menciona o PROAE.

Diante do exposto, investigou-se a atuação do NAPNE na educação de surdos no IFFluminense, a fim de entender como ocorrem os atendimentos em cada *campus* e o olhar da comunidade surda para os referidos atendimentos. Para tal, analisaram-se os dados coletados tanto do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFFluminense, quanto do preenchimento dos questionários por parte das coordenações NAPNE, constatando-se que, no primeiro semestre letivo do ano 2022, nenhum *campus* do IFFluminense tinha a equipe NAPNE completa, conforme assegura o item 6.1 do PROAE (IFF, 2018).

Visando à qualidade nos atendimentos aos estudantes surdos, é de suma importância que os *campi* tenham seus NAPNE devidamente equipados e com a equipe completa. A falta de profissionais na equipe multiprofissional mostra a fragilidade nos atendimentos aos estudantes com necessidades específicas, além da contradição em relação ao PROAE.

A pesquisa mostrou que os dois *campi* onde há professor bilíngue Português-Libras, *campus* Macaé e Campos Centro, não ofertam atendimento especializado diretamente aos estudantes surdos. De acordo com o SUAP, esses docentes não se encontram lotados no NAPNE; um está lotado no Curso de Licenciatura em Letras, e o outro, no Curso Técnico de Meio Ambiente.

A Figura 13 a seguir mostra uma visão geral da realidade das equipes multiprofissionais dos doze *campi* do IFFluminense, obtidos pelos questionários preenchidos pelos NAPNE. Pode-se observar que somente 50% possuem profissionais de Psicologia e Serviço Social. Além disso, 33% não possuem pedagogo.

Figura 13: Composição das equipes multiprofissionais dos *campi*

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Além dos dados fornecidos pelas coordenações, analisaram-se informações sobre os servidores lotados nos NAPNE por dados extraídos pelo Suap, conforme a Figura 14.

Figura 14: Servidores lotados no NAPNE: informações retiradas do Suap, em outubro de 2022

CAMPUS	EQUIPE NAPNEE	CARGO
Bom Jesus do Itabapoana	4 servidores	2 Técnicos em Assuntos Educacionais e 2 Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais
Cabo Frio	Não há servidor lotado no setor	
Cambuci	1 servidor	Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais
Campos Centro	10 servidores	1 Professor, 1 Pedagogo, 1 Técnico em Assuntos Educacionais, 3 Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais e 3 Profis. Tec. Espec. Linguagem
Itaboraí	1 servidor	Técnico em Assuntos Educacionais
Itaperuna	2 servidores	1 Assistente Social, 1 Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais e 1 Profis. Tec. Espec. Linguagem
Quissamã	2 servidores	1 Pedagogo e 1 Profis. Tec. Espec. Linguagem Sinais
Macaé	5 servidores	1 Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais e 4 Profis. Tec. Espec. Linguagem
Maricá	1 servidor	Pedagogo
São João da Barra	1 servidor	Pedagogo
Santo Antônio de Pádua	1 servidor	Técnico em Assuntos Educacionais

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Cabe sinalizar que, nos *campi* onde há estudantes surdos matriculados, é garantida a oferta de TILSP. Contudo, no período pesquisado, em nenhum *campus* havia professor para oferta do Atendimento Educacional Especializado, o que não garante o direito constitucional aos estudantes surdos. A professora lotada no *campus* Campos Centro era da área de Física e atuava como coordenadora do setor.

Além do déficit de profissionais nas equipes multiprofissionais, no período da coleta de dados deste estudo, os *campi* do IFFluminense também não ofertavam o AEE bilíngue, com a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua aos estudantes surdos, em consonância com a política nacional de inclusão:

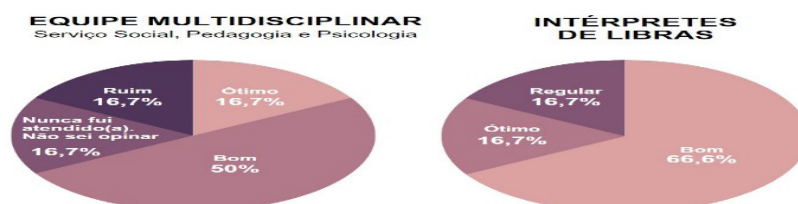
O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (Brasil, 2008, p. 17).

Ademais, o PNE-Plano Nacional de Educação traz, na estratégia 4.13, a importância da articulação dos Sistemas de Ensino em relação à ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação inclusiva:

[...] apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues (Brasil, 2014).

Em consonância com o que mostram os dados, há muito para se alcançar no que tange à temática aqui abordada. Contudo, ao serem questionados sobre os atendimentos ofertados pela equipe NAPNE, 16,7% dos surdos classificaram como ótimo os atendimentos recebidos, 50% classificaram como bom, 16,7% dos estudantes surdos entendem ser regular, e o mesmo percentual de 16,7% caracterizou como ruim os referidos atendimentos (Figura 15).

Figura 15: Avaliações dos atendimentos prestados pelo NAPNE



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que se refere à oferta da tradução e interpretação Libras-Língua Portuguesa, 16,7% dos estudantes surdos consideram o serviço ótimo, 66,7% classificaram como bom, e 16,7% entendem serem regulares os serviços ofertados pelos TILSP, de acordo com a figura. Assim, nota-se que, em sua maioria, os atendimentos das equipes NAP-NE foram avaliados como ótimo e bom, demonstrando uma contradição em relação à composição das equipes multiprofissionais, que se encontram com defasagem de diferentes profissionais. Apesar de defasada, a equipe de profissionais e os serviços disponíveis no IFFluminense podem ser mais amplos dos que os disponíveis nas redes municipais e estaduais de ensino, de onde tais estudantes vieram antes de ingressar na Instituição.

É importante que a gestão reflita sobre as deficiências dos serviços prestados aos estudantes surdos, tendo em vista que as equipes interdisciplinares podem contribuir para o aprimoramento das ações institucionais. Portanto, a articulação dos conhecimentos técnicos de diferentes profissionais integra um elemento crucial para o bom atendimento de toda comunidade escolar.

Seguindo o estudo, em referência aos serviços prestados pelos *campi*, investigou-se também como ocorrem os atendimentos aos estudantes surdos em outros setores, fazendo uma correlação dessas atividades para a equidade e a democratização dentro da Instituição. Dessa maneira, interpelou-se os estudantes surdos sobre se eles se sentiam acolhidos nos diferentes espaços do *campus* e como avaliavam os atendimentos dos setores, tais como: comunicação; infraestrutura; registro acadêmico; biblioteca e outros.

A partir das respostas apresentadas, os estudantes classificaram como bons os atendimentos recebidos. Entretanto, mais de 40% da comunidade surda afirma não se sentir acolhida dentro da escola pela falta de comunicação e de informação nos setores com servidores e alunos ouvintes. Complementarmente, 81,8% acreditam que essa realidade pode comprometer seu processo educacional.

Considerações finais

Justamente por se tratar de um Estudo de Caso, o trabalho não pretende e nem poderia oferecer generalizações para outros contextos (Gil, 2008), mas os seus resultados podem auxiliar no delineamento de investigações similares que se proponham a estudar o perfil e as necessidades de estudantes surdos em outras instituições. Essa tarefa é importante porque a pesquisa aprofundada, contextual e com múltiplas fontes de dados oferece justamente subsídios concretos para mudanças locais, muitas vezes não identificadas em investigações de larga escala.

Diante do exposto, fica latente, no caso do IFFluminense, a necessidade de uma preocupação maior com as barreiras na comunicação e na informação, fazendo valer um dos objetivos específicos do PROAE, que é “[...] eliminar barreiras informacionais, comunicacionais, atitudinais, físicas e espaciais e promover a garantia do acesso e utilização de todos os espaços nos *campi* do IFFluminense” (IFF, 2018). Dessa maneira, como Instituição de Educação, é necessário pensar soluções para a capacitação de servidores de diferentes setores, de modo que cada setor tenha, pelo menos, um servidor usuário de Libras.

A comunicação é algo que deve ter uma atenção especial, tendo em vista que 81% dos estudantes sinalizaram problemas com informação dentro dos *campi*, sendo algo que compromete seu aprendizado. O canal de informação dentro do IFFluminense não se pode restringir ao intérprete, visto que o item 2.2.2 do PROAE garante aos estudantes com NEE diferentes formas na comunicação, possibilitando a eles autonomia plena na sua formação (IFF, 2018a).

Também como já foi exposto nos dados, a falta de adaptações e de um acompanhamento pedagógico mais próximo parece afetar significativamente os resultados acadêmicos desses estudantes, que apresentam altos níveis de reprovação. Considerando a origem escolar, o perfil das famílias e os prejuízos acumulados ao longo da trajetória desses alunos antes de entrar no IFFluminense, é preciso que a Instituição ofereça acesso a atividades de reforço e equipes multiprofissionais, atualmente com composição defasada na maior parte dos *campi*. Embora com uma regulamentação bastante robusta, os dados do estudo em questão revelam que é preciso investir em ações que não se limitem à escrita de documentos e ao acesso à matrícula para atender as reais necessidades desses estudantes.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da **Lei n. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 7.611**, de 17 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei n. 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Política Nacional De Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais, adaptações curriculares de grande porte. Brasília, DF: MEC, 2000.

FELIPPE, J. M. S. Crescimento da oferta e a permanência dos estudantes: o debate sobre a Assistência Estudantil e os desafios da educação superior pública no Brasil. **Revista Cocar**, Belém, v. 10, n. 20, p. 113-130, ago.-dez. 2016.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas**, [s. l.], v. 34, p. 79-100, jan.-dez. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. [s. l.], 2018a.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense. IFFluminense**, [s. l.], 2018b.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Histórico do IFFluminense. IFFluminense**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/historico-do-iffuminense>. Acesso em: 10 maio 2022.

KUBASKI, C.; MORAES, V. P. **O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas. Curitiba**. Editora da PUC/PR, 2019. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/bilinguismo.pdf Acesso em: 10 fev. 2023.

PACHECO, J. **Caminhos para inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Recebido em: 5 de fevereiro de 2024

Aprovado em: 14 de março de 2024